

# Revisitando os mitos românticos da nacionalidade

**Vera Lúcia Follain de Figueiredo**

Pensar o Romantismo, hoje, neste final de século, envolvidos pela atmosfera das comemorações dos 500 anos de descoberta do Brasil, é uma tarefa curiosa. Nosso olhar, certamente, distancia-se muito daquele olhar modernista que, na década de 20, também em clima de efeméride (o centenário da Independência) se lançou sobre a produção literária romântica. Naquele momento, no qual nacionalismo e cosmopolitismo se entrelaçavam no espírito dos nossos intelectuais, rever o Romantismo significava fazer a crítica de seus desvios para que encontrássemos os rumos da modernização do país. Nossos modernistas apontavam, então, os males da excessiva idealização da pátria promovida pelos românticos e se propunham reler a história do país, partindo de um ponto de vista que, sem deixar de afirmar a fé no futuro, rejeitava o ufanismo ingênuo. Retomavam, assim, as indagações de Policarpo Quaresma, personagem de Lima Barreto, quando, no final do romance, percebe que, ao levar a sério demais os mitos do nacionalismo romântico, criara ilusões que o cegaram para o entendimento dos problemas que o cercavam.

Em nossos dias, entretanto, o que nos preocupa não é propriamente a idealização da imagem do Brasil, realizada pelo século XIX, que uma certa mídia tenta recuperar na programação dos festejos da descoberta de Pedro Álvares Cabral, mas que soa como retórica vazia ou como caricatura dos discursos do passado. O que nos preocupa é, na verdade, a possível falência do projeto que animou românticos e modernistas, pois ambos, cada qual a seu

modo, estavam envolvidos com a construção de uma nação moderna e soberana. Olhamos com um certo ceticismo indulgente os nossos mitos caseiros criados pelos românticos – Peri, Cecília, Iracema, gigante adormecido, país do futuro etc. – diante de outros mitos criados agora pela mídia mundializada, segundo as exigências da atual fase do capitalismo que já não necessita mais de fortes laços nacionais, pois a publicidade cria coesões em escala planetária.

Os escritores românticos se impuseram a tarefa de escolher um ponto de partida para a marcha em direção ao progresso, definindo um começo histórico e inventando uma tradição que nos imprimisse um perfil de nação coesa. Para entender melhor esse movimento, torna-se necessário inseri-lo no contexto do mundo ocidental no século XIX, considerando-se que, ao se engajar no projeto de invenção da nação brasileira, a nossa elite intelectual estava em perfeita consonância com o que se passava no Velho Continente ou seja, a construção das identidades nacionais era, por várias razões, inclusive razões de ordem econômica (necessidades do capitalismo liberal), uma demanda da modernidade naquele momento.

Na Europa, o empenho em definir uma origem e, a partir dela, traçar uma linha supostamente contínua, que justificasse a existência da nação, vinha preencher o vazio deixado pelo enfraquecimento dos vínculos mais antigos que uniam as sociedades pré-modernas. As elites dirigentes vão trabalhar no sentido da criação de uma rede de relações imaginárias capaz de garantir a coesão social. Lá como aqui, tratava-se de criar narrativas de legitimação do Estado nacional, de confeccionar distintos relatos sobre o passado histórico do povo que habita o território que passou a ser definido como nação, de interpretar os fatos de uma maneira particular, ampliando o significado de alguns, diminuindo ou elipsando outros. Enquanto “comunidades imaginadas”, para usar a expressão de Benedict Anderson (1989:14), as nações se sustentam a partir de crenças que necessitam de artefatos culturais para se sedimentarem. Daí, o incentivo, no século passado, tanto para produzir quanto para consumir uma literatura que definisse uma identidade comum. Walter Scott apresenta a nação britânica como uma sociedade histórica se desenvolvendo a partir de aventuras estrangeiras e intensos conflitos domésticos, para se tornar o Estado estabelecido, capaz de resistir a conturbações internas e externas. Em Portugal, Almeida Garret e Alexandre Herculano fixam o mito de origem da nação lusitana. O romantismo tematizando o passado remoto e misterioso criava um terreno fértil para o florescimento das mitologias nacionais.

Nos países da América, da mesma forma que na Europa, a tarefa de pensar a constituição do Estado Moderno compete às elites, que farão toda

uma engenharia social e ideológica para constituir a nação segundo princípios determinados. A criação de um imaginário territorial também torna-se decisiva, pois o território passou a ser percebido como dimensão fundamental da personalidade física do Estado, sendo associado à soberania da nação. A fundação do imaginário de base geográfica, relacionando-se com o interesse pela legitimação de fronteiras, determina, na literatura, a temática das viagens, estimulando as descrições de paisagens e a listagem de recursos naturais.

No Brasil, inventar a tradição significava contornar condições incômodas decorrentes da maneira como nos inserimos na modernidade e da própria situação de país de passado colonial recente. A modernidade, filha do tempo linear, retilíneo, como observou Octavio Paz (1984: 40), embalada pela crença no progresso, pressupõe uma relação de causalidade entre passado, presente e futuro. É a esta perspectiva histórica que a imagem da nação brasileira deverá ajustar-se. Ou seja, ao mesmo tempo em que é preciso marcar a ruptura com a metrópole, consolidando, na esfera da cultura, a emancipação política, é necessário imprimir uma continuidade a nossa trajetória que justifique a idéia de processo em direção a um sentido, de caminhar para um fim ótimo, de acordo com a temporalidade moderna.

Assim, a pergunta formulada por Castro Alves, no poema “O livro e a América” (1974: 23) torna-se paradigmática. O poeta desistoriciza, nas duas primeiras estrofes, a conquista da América, acentuando o caráter de continente novo, ainda molhado do dilúvio, surgido das águas pelas mãos de Colombo, que “descortina a nova terra” a conselho de Jeová. O recurso à esfera do mito cobre as lacunas deixadas propositadamente na história: não faz menção aos povos que habitavam o continente antes da chegada dos europeus, elipsando, assim, os aspectos violentos da conquista. Faz tábula rasa de um passado que não lhe interessa recuperar:

Molhado inda do dilúvio,  
Qual Tritão descomunal,  
O continente desperta  
No concerto universal,  
Dos oceanos em tropa  
Um - traz-lhe as artes da Europa,  
Outro - as bagas de Ceilão ...  
E os Andes petrificados,  
Como braços levantados,  
Lhe apontam para a amplidão.

Olhando em torno então brada:  
“Tudo marcha!... Ó grande Deus!  
“As cataratas - pra terra,  
“As estrelas - para os céus  
“Lá, do pólo sobre as plagas,  
“O seu rebanho de vagas  
“Vai o mar apascentar..  
“Eu quero marchar com os ventos,  
“Com os mundos... co’os firmamentos!!!”  
E Deus responde - “Marchar!”

Após a descoberta, estaríamos prontos para marchar em direção ao progresso. O emprego do verbo *marchar* torna-se importante, porque expressa a certeza generalizada naquele momento de que o mundo caminharia para a frente, isto é, estaria cada vez mais próximo de uma situação ideal. Mas, no caso do Brasil, marcharíamos partindo de que ponto da história ocidental? Retomando os primórdios dessa história? Como continente novo - apagado o referencial indígena - deveríamos começar do mesmo ponto onde a civilização ocidental teria iniciado, ou seja, da Antigüidade Clássica, subindo passo a passo cada “degrau do progredir”? Castro Alves, partindo de uma visão linear do tempo, se vê diante de um problema. Resolve-o, então, com um argumento que, em princípio, fugiria à racionalidade moderna, porque baseado no acaso, na fatalidade:

Por uma fatalidade  
Dessas que descem do além  
O século que viu Colombo  
Viu Gutenberg também.  
Quando no tosco estaleiro  
Da Alemanha o velho obreiro  
A ave da imprensa gerou...  
O genovês salta aos mares...  
Busca um ninho entre os palmares  
E a pátria da imprensa achou...

Como Colombo, o descobridor da América, e Gutenberg, o inventor da imprensa, são contemporâneos, o Brasil saltaria direto para o Século das Luzes, como a pátria do livro: o trem de ferro que “acorda o tigre no cerro e espanta os caboclos nus”, confirmaria essa inserção. A vinculação imaginada pelo poeta entre Colombo, Gutenberg e a América é uma tentativa de escapar

de um esquema de causalidade baseado na sucessividade do tempo, elegendo a dimensão do simultâneo para dar conta dos contrastes que marcam a nossa entrada no mundo moderno, sintetizados na imagem do “trem de ferro que espanta os caboclos nus”.

Não é difícil perceber o quanto a visão de mundo que orientava o projeto moderno, passando pela homogeneização do tempo segundo a experiência europeia, se chocava com a realidade heterogênea, contraditória do Brasil: aqui, o trem de ferro, a máquina, é contemporânea dos caboclos nus. No entanto, também não é difícil perceber que a idéia mesma de projeto, um dos sustentáculos do pensamento moderno, ajustava-se bem às expectativas do jovem país recém-independente, que tomava para si a tarefa de se transformar em nação moderna, nos moldes europeus. A questão é que, se lhe sobrava futuro, faltava o passado glorioso onde estariam as raízes do tempo vindouro: era este passado que precisava ser criado. Como observou Lúcia Miguel Pereira, “não foi para criar uma espécie de Idade Média americana - servil imitação europeia - que nossos escritores se voltaram para os índios, mas para se certificarem de que podiam ter confiança no futuro” (1992: 146).

Na reconstrução utilitária do passado, surge, então, dois caminhos até certo ponto opostos. O primeiro seria construir a proto-história a partir do indígena, como fez, por exemplo, o México. Nesse país, como observou Octavio Paz, a história oficial representa uma negação categórica do período colonial, visto como um interregno, uma etapa de usurpação, uma fase de ilegitimidade histórica. A independência foi considerada, então, uma restauração: com ela se restabeleceria a continuidade do discurso histórico, interrompido pelos três séculos coloniais, resgatando-se o passado asteca, o mundo pré-hispânico (Paz, 1979: 61). Entretanto, as características conservadoras do nosso processo de independência política e a própria tenuidade da presença da cultura indígena entre nós, naquele momento, não nos permitiu assumir a radicalidade da leitura mexicana. Por isso, quando nos aproximamos dessa vertente, procuramos amenizá-la, adotando uma solução de meio termo, que recuperava o passado indígena sem excluir o português, buscando uma saída pela simbiose, que favorecia o sentido da continuidade.

No segundo caminho, mais voltado para o futuro que para o passado, a proto-história deveria começar a partir da nossa entrada no mundo ocidental. “Europeus desterrados”, caberia aos brasileiros, a partir da impossibilidade de fundar uma nação moderna com elementos fornecidos pela nossa tradição, construí-la segundo padrões importados da Europa ou dos Estados Unidos. Nessa vertente, a ênfase recai no recalçamento do passado

indígena e da herança colonial portuguesa para que se adote um outro modelo de civilização, capaz de garantir a entrada do país na modernidade.

O primeiro caminho pode ser identificado com o projeto de José de Alencar e o segundo com o de Joaquim Nabuco, constituindo os paradigmas que, ao longo do tempo, irão balizar as diferentes representações da nação brasileira. Cada um deles, com suas implicações ideológicas, molda um tipo de discurso identitário específico. Na América Hispânica, a oposição entre esses paradigmas foi muitas vezes expressa pela alusão aos personagens de Shakespeare - Caliban e Ariel - em *A tempestade*. Na releitura da obra, escolher Caliban como personagem inaugural da cultura latino-americana tem significado afirmar uma essência pré-colonial ou, numa interpretação menos radical, aceitar o passado mestiço. A escolha de Ariel, ao contrário, implicaria reivindicar a inclusão na cultura de Próspero, ou seja, optar pela cultura branca. No caso do Brasil do século passado, a oposição entre as propostas, que, no campo da cultura, era, por vezes, bastante nítida, se neutralizava num ponto fundamental: nenhuma delas sugeria modificações profundas que alterassem substancialmente a ordem vigente, configurando o paradoxo enunciado por Florestan Fernandes:

Dessa perspectiva a independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma Nação (1976: 32).

Nesse sentido, as posições assumidas por Joaquim Nabuco e José de Alencar são exemplares: os dois escritores olham para os países hegemônicos e, a partir deles, cada qual elege os modelos que deveriam pautar a construção da nação brasileira. Nabuco seleciona o que deseja da Inglaterra e da França e, dentro de uma ótica universalista, opta pela completa ocidentalização do país. Alencar privilegia as simbioses que levem em conta particularismos da terra. Ambos almejam transformações dentro da ordem vigente, sem alterações profundas. Daí para a frente, podemos dizer que, com variações, outras roupagens teóricas, a tendência dos projetos modernizadores no Brasil será de não ferir substancialmente os pressupostos básicos que orientam o pensamento dos dois autores.

José de Alencar, escrevendo num momento em que o modelo civilizacional europeu é plenamente vitorioso no Brasil, pôde fazer o resgate da natureza, do passado indígena, optando por reconstruir a história a partir do que Alfredo Bosi vai chamar de “simbiose luso-tupi” (1992: 181). A leitura do passado é orientada pelo projeto de nação idealizado. Para fundamentar o futuro grandioso, a base escolhida será produto da comunhão do melhor índio com o melhor português. As condições específicas da declaração de independência brasileira, em 1822, sem que houvesse um confronto violento com Portugal, abriam espaço para uma representação do colonizador, na literatura, que favorecia a idéia de harmonia entre os elementos constitutivos da nacionalidade – estamos nos referindo aqui ao processo de transferência da Coroa para o Príncipe Regente e não aos momentos posteriores à abdicação de D. Pedro I, quando foram desencadeadas revoltas urbanas e rurais, algumas marcadas por forte antilusitanismo. Evidentemente que uma solução baseada no recalque dos conflitos, para solidificar a imagem de uma nação pacífica e coesa, vai determinar a flexibilização dos limites entre a história e lenda. O arcabouço histórico servirá, na verdade, de suporte para o mito que se quer construir.

Em *Iracema*, a personagem se desloca do âmago da terra para o litoral e, à medida que se afasta do interior, começa a morrer, indicando a impossibilidade de se fixar uma origem pura para a nação. Sobreviverá aquele que nasce na praia, na linha de encontro entre o nativo e o português, o ser de fronteira, único ponto de partida possível para uma nacionalidade híbrida. O surgimento desse ser de fronteira exige, entretanto, o sacrifício da cultura indígena em prol da cultura do colonizador: é a marcha da história que guia os passos de Iracema e determina a sua morte, como etapa necessária do processo civilizatório. Martim conhece (no sentido bíblico) o corpo da terra/mulher e a partir daí legitima sua superioridade: conhecer o corpo de Iracema é tomar posse da terra, para imprimir-lhe uma outra marca, afastando-a dos caminhos traçados pela tradição de seu povo. É afirmar o poder que vai moldar um novo corpo, o de Moacir, impregnado de valores e propósitos diferentes daqueles que orientavam os indígenas. Iracema é metáfora da natureza, mas representa também a cultura de sua tribo, da qual abre mão. Por isso, ao contemplar Moacir, Caubi, irmão de Iracema, dirá: “Ele chupou tua alma (1965b: 1112).”

Apesar de não ter privilegiado as tensões desagregadoras, a opção de Alencar pelo romance de temática indianista, bem como a defesa do abasileiramento da língua portuguesa, geraram várias críticas a sua obra. Escolher o indígena como um dos elementos formadores da nacionalidade brasileira significava afirmar, de alguma forma, uma diferença irreduzível

entre nós e os europeus, que irritava os intelectuais de tendência ocidentalizante, ainda que esse indígena fosse pintado com traços de cavaleiro medieval, pagando tributo ao eurocentrismo, pelo recalçamento da diferença - para se contrapor aos cronistas que viram os habitantes das terras americanas como bárbaros e ferozes, o escritor procurava provar a semelhança entre índio e europeu.

Além de alguns críticos considerarem o romance indianista de Alencar como uma tentativa de “barbarizar” a literatura brasileira, o indianismo era também acusado de ser artificial já que o indígena, em extinção, seria apenas uma figura exótica. É o que se pode perceber pela ironia e desprezo com que Joaquim Nabuco se refere à existência de “um ou outro índio do Amazonas”, na passagem seguinte:

Sempre me pareceu um esforço mal compensado esse que emprega o Sr. J. de Alencar para formar uma língua, que só pode ser falada por ele e por um ou outro índio do Amazonas que venha ver o último dos seus pajés e recolher o idioma sagrado (Coutinho, 1978: 70).

Alencar responde a esse tipo de argumento, como vemos no prefácio à *Sonhos D' Ouro*, criticando a contínua importação de idéias e costumes pela sociedade fluminense e reafirmando a necessidade de criação de uma língua literária ajustada à realidade brasileira: “não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil cousa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata”, diz o escritor. E, mais adiante, acrescenta: “ O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspere?” (1965c: 498).

De qualquer maneira, o que estava em jogo naquele momento era a definição do que era digno de ser representado na literatura brasileira, já que esta moldava a imagem do país. O intelectual, formado dentro dos padrões da cultura européia e afastado da coletividade, admirador do “formidável legado da cultura ocidental”, ao voltar-se para a própria terra, sentia-se criando a partir de quase nada, como se quase tudo dependesse da sua vontade e da sua imaginação. Se a nação, vista como um modo natural de agrupar os homens, é um mito criado pelo nacionalismo, no caso brasileiro, ao caráter de invenção se associava o de ficção, em decorrência da enorme distância entre as elites e o povo. A partir dessas características contextuais, pode-se avaliar melhor, a importância conferida por José de Alencar à fundação, através da literatura, da “sua” nação ficcional, que, evidentemente, divergia de outras nações brasi-

leiras, construídas por outras narrativas que disputavam a prioridade no campo do imaginário.

No final do século XX, as inúmeras narrativas, postas em circulação pelos meios de comunicação de massa, acabam por constituir aquilo que Renato Ortiz (1994: 139) chama de uma memória internacional popular, sustentáculo de uma cultura mundializada que se contrapõe, ainda que não de forma absoluta, a uma cultura nacional. Enfraquecem-se os laços de uma solidariedade nacional, num mundo em que o mercado redefine fronteiras, afetando sobretudo os países periféricos que, sem projetos próprios, ficam à mercê dos interesses voláteis do capital aparentemente sem pátria.

É com os olhos de quem assiste a desnacionalização e, em alguns aspectos, a própria desmodernização do país, que contemplamos o projeto nacionalista dos românticos. Iracema, agora, é retomada pela canção popular e se transforma na Iracema da América, de Chico Buarque. Atravessará, por si mesma, as fronteiras e não sucumbirá ao desenraizamento. Entendeu que, no jogo da vida contemporânea, as regras não param de mudar e é preciso viver cada dia de uma vez, assumindo identidades descartáveis. Seu sacrifício, então, não será a imolação no altar da identidade nacional. Será de outra ordem, se realizará em nome de um projeto individual, como nos diz a letra da música:

Iracema voou  
Para a América  
Leva roupa de lã  
E anda lépida  
Vê um filme de quando em vez  
Não domina o idioma inglês  
Lava chão numa casa de chá  
Tem saído ao luar com um mímico  
Ambiciona estudar  
Canto lírico  
Não dá mole pra polícia  
Se puder, vai ficando por lá  
Tem saudade do Ceará  
Mas não muita  
Uns dias, afoita  
Me liga a cobrar  
- É Iracema da América

Cabe, no entanto, perguntar se a Iracema de hoje já não estaria contida na Iracema de ontem. Se esta, ao trair o segredo da Jurema, o segredo do sonho da sua tribo, sob o olhar nostálgico mas condescendente de Alencar, não teria dado o primeiro passo para se tornar estrangeira em sua própria terra, não teria começado a experiência do desencaixe, do desenraizamento, necessária à marcha expansiva da cultura ocidental, que veio a se completar com a mundialização da cultura e a globalização do mercado nos tempos atuais. A filha de Araquém talvez seja a precursora das Iracemas atuais, que, libertas dos “laços estreitos” que as prendiam à grande nação Tabajara, sentem-se com mais liberdade de escolha: podem partir e trabalhar, clandestinamente, em outro país, podem optar por lavar chão numa casa de chá de Miami, Nova York, ou qualquer outro lugar, sem se consumir de saudade, ainda que não sejam, exatamente, o que se pode chamar de cidadãs do mundo.

Vera Lúcia Follain de Figueiredo é Professora da PUC-Rio

### **Referências bibliográficas**

- ALENCAR, José Martiniano de. *Obra completa*. Como e Porque sou Romancista. 2ª ed. v.1. Rio de Janeiro, RJ: Aguilar, 1965a.
- \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Iracema. 2ª ed. v.2. Rio de Janeiro, RJ: Aguilar, 1965b.
- \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Sonhos D'Ouro. 2ª ed. v.1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965c.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, SP: Ática, 1989.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.
- CASTRO ALVES, Antônio de. *Espumas flutuantes*. Rio de Janeiro, RJ: Expressão e Cultura, 1974.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1976.
- MIGUEL PEREIRA, Lúcia. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943) e em livros*. Comp. Luciana Viégas. Rio de Janeiro, RJ: Graphia Editorial, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- PAZ, Octavio. *Filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O ogro filantrópico: história e política - 1971-1978*. Trad. Sônia Regis. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1979.

**Resumo**

O artigo se propõe fazer uma releitura dos mitos românticos da nacionalidade, à luz das transformações ocorridas no final do século XX, quando se intensificam os processos de mundialização da cultura e de globalização da economia. Contrapõe o papel exercido pelas narrativas literárias do século XIX, na construção de uma memória nacional, ao papel desempenhado pelas narrativas midiáticas, na construção de uma memória internacional popular.

**Palavras-chave**

Romantismo, mitos da nacionalidade, mundialização da cultura.

**Abstract**

This study aims to present a reading of national romantics myths in the light of the changes which occurred at the end of the 20<sup>th</sup> century, when the processes of globalization of both the culture and of the economy intensified. It contrasts the role of literary narratives, in the 19<sup>th</sup> century, in constructing a national memory with the role of narratives presented by the media, in the creation of a popular international memory.

**Key-words**

Romanticism, national myths, globalization.